

Paula Renaly dos Santos Alves; Andréia dos Santos Lima Silva; Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha.

Universidade Estadual da Paraíba – E-mail: paularenaly7@gmail.com
Universidade Estadual da Paraíba – E-mail: andreyalymma25@gmail.com
Universidade Estadual da Paraíba – E-mail: vagdarocha1@hotmail.com

Resumo: O contexto atual da Educação Pública no Brasil é marcado por muitas reformas, que visam melhorias no ensino, com vistas a uma educação de qualidade, na qual prevaleça equidade e igualdade. Entretanto, é importante considerar que há vários fatores que ocasionam o não cumprimento desses critérios. Assim, é necessário rever o contexto histórico da educação pública, bem como as intervenções do Governo e as Políticas Públicas voltadas para o contexto da educação que viabilizam o processo de construção de leis, com fins de priorizar a melhoria do ensino-aprendizagem. O objetivo de nosso trabalho é fazer uma reflexão sobre o exposto de modo a oferecer aos profissionais da educação subsídio para tomada de decisões, para assim, proporcionar aos cidadãos do Brasil um ensino atualizado e condizente ao novo contexto social, econômico e político em que vivemos. Com isso, pretendemos discutir o contexto da educação pública da atualidade, através de uma revisão bibliográfica, considerando as constantes mudanças e reformas nas políticas de intervenção voltadas à educação, além de destacar a descontinuidade dessas políticas como interferências para que haja uma progressão de sucesso. Também traz discussões acerca da universalização do ensino básico para que se consiga uma educação de qualidade, equidade e eficiência, a partir dos princípios de igualdade de direitos para todos, buscando acabar com toda e qualquer exclusão paradoxal existente no ambiente escolar. Sendo assim, utilizaremos como base teórica para essa discussão os conceitos e opiniões de alguns autores como, Marcela Garjado (2000), Elizabeth Macedo (2015), Demerval Saviani (2008), entre outros, fundamentais para ampliar o enlace acerca da Educação Pública no Brasil, suas problemáticas e desafios a serem superados. Percebemos que precisamos compreender a atual situação da Educação brasileira, considerando todos os processos de reformulações e acréscimos de Políticas Públicas que movem esse contexto de maneira significativa, com o intuito de auxiliar o atendimento financeiro as instituições públicas e ampliar o acesso gratuito nas universidades públicas.

Palavras-chave: Educação pública, Políticas Públicas, Reformas educativas.

1 INTRODUÇÃO

A Educação pública do Brasil, vista no contexto atual, é referenciada por inúmeras reformulações relacionadas às Políticas Públicas que movem a Educação Básica e a Educação Superior públicas, motivadas por atuais mudanças políticas em nosso país. Nesse contexto, devemos nos deter as contribuições que essas mudanças nos trazem, visando a melhoria da Educação pública e o cumprimento de leis que permeiam esse cenário, em busca da valorização e qualificação tanto das instituições públicas quanto dos professores que nelas

atuam, para que assim, seja garantido um ensino de qualidade para todos e uma educação universal como direito totalitário e igualitário.

Nesse sentido, para compreendermos a Educação pública de qualidade como um direito de todos é importante rever todas as mudanças que acompanham esse cenário, junto das reformulações frente as Políticas Públicas no âmbito educacional. Sendo assim, por meio deste trabalho buscaremos investigar as reformas educativas com base na atual situação política de nosso país, para que possamos analisar quais os principais motivos dos questionamentos sobre a ineficiência de algumas políticas educacionais e a falta de recursos financeiros que custeiam a Educação Pública do Brasil por parte do governo.

Todas as reformulações educacionais passaram por processos históricos e permeiam até hoje nesse contexto. Nesse caso, iremos nos deter a esses processos considerando algumas leis, programas e projetos, tais como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), o PNE (Plano Nacional de Educação), o IDEB (Índice de Desenvolvimento Educacional Brasileiro), os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e o MEC (Ministério da Educação). Segundo Felix (1996, p.74),

“A organização Escolar e o sistema escolar como um todo, para adequar-se às condições sociais existentes e atingir os objetivos que são determinados pela sociedade, necessita assimilar métodos e técnicas de administração que garantam a eficiência do sistema, justificando assim a sua própria manutenção”.

Por isso é importante reconhecer a educação como um todo, a qual vai além da sala de aula e envolve vários aspectos que são fundamentais para que se alcance um patamar de qualidade e eficiência, no que diz respeito a Educação Básica e Superior nas instituições públicas de nosso país.

2 A MELHORIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: UM PANORAMA HISTÓRICO

Atualmente, estamos acompanhando várias reformas no que se refere a Educação do Brasil, em que foram tomadas muitas decisões na política educacional com perspectivas em melhorar a educação. Uma das mais recentes foi a Medida Provisória 746 (2016) que trouxe mudanças para o ensino médio, entre outras mais que ocorreram. Nesse sentido, é importante ressaltar que hoje o cenário da educação ao qual nos deparamos mudou muito em relação a

anos passados, mas é possível considerar que mesmo com as mudanças ocorridas ainda não conseguimos ter uma educação pública de qualidade, equidade e igualitária.

Sendo assim, é possível compreender que a educação do Brasil evoluiu, mesmo estando ainda no 53º lugar no ranque da educação e entre 65 países avaliados pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudante (PISA). Entretanto, em comparação às décadas passadas, hoje já existe mais acesso as escolas e programas de desenvolvimento de aprendizagem que ajudam a integração do aluno no contexto escolar. Toda via, é possível destacar que existem muitos descasos que ocasionam deficiências no ensino, tirando a ideologia de um ensino de qualidade. Onde a maioria das escolas públicas são marcadas pelas ineficiências de políticas educacionais e falta de apoio financeiro por parte dos governos.

Para Saviani (2008), existe uma certa “resistência histórica que as elites dirigentes opõem à manutenção da educação pública e à descontinuidade, também histórica, das medidas educacionais acionadas pelo Estado”. Diante disso, é importante entender que os governantes não dão a assistência que a educação realmente precisa para melhorá-la, já que, mesmo existindo muitos investimentos destinados a esse setor, a educação ainda necessita de recursos maiores em relação ao que se é investido, com isso o contexto educacional torna-se marcado pela falta de recurso, necessários para a manutenção de uma estrutura de ensino com qualidade e apropriada para todos.

Visto que, existe também há a falta de compromisso com programas ou projetos que são lançados para acabarem com problemas envolvendo a educação, que prejudicando assim, a qualidade do ensino público do país, pois muitos desses programas e projetos são ofertados de forma inadequada (lecionados por pessoas com capacitação não equivalentes) ou são interrompidos durante a realização, e sem que haja continuidade trona-se impossível alcançar resultado significativos. Com isso, estão sempre propondo novas reformas educacionais tentando acabar com esses problemas, porém muitas vezes as novas propostas não condizem com a realidade existentes nas escolas e acabam dificultando ainda mais o trabalho dos educadores e o bom funcionamento das instituições de ensino, onde muitas tentam continuamente adequa-se as necessidades dos alunos com os próprios recursos, porém acabam fracassando por não terem o apoio necessário.

Não é de hoje que muitas instituições, junto a seus educadores, tentam alcançar um patamar de qualidade, no que diz respeito ao ensino público. No entanto, torna-se viável ressaltar que a educação pública no Brasil, iniciou com as catequeses em que a coroa Portuguesa enviava o dinheiro para a manutenção e vestimentas dos Jesuítas, que eram

responsáveis pelo ensino no período colonial, entretanto não havia verba suficiente para essa manutenção. Foi apenas por volta de 1564, que se iniciou a arrecadação de impostos em que 10% era voltado a manutenção dos colégios Jesuíticos, assim a educação passou a ser financiada com recursos públicos, porém como uma escola pública religiosa.

Nesse contexto, as mulheres, os negros, os pardos e os filhos sem pais, não podiam estudar e a educação se restringia apenas as classes alta. Após a expulsão dos Jesuítas, Pombal inaugurou no Brasil as aulas régias, em que eram recrutados pessoas mais “capacitadas” para orientarem os professores que iriam ensinar, sendo assim, pela falta de professores (padres) os alunos que mais se destacavam eram selecionados à instruírem os monitores que dariam as aulas, com isso a verba voltada a esse momento limitava-se apenas ao pagamento dos professores e as diretrizes das matérias a serem ensinadas, o local e infraestrutura era responsabilidade dos professores. Esse período foi marcado pela imposição da laicidade nas escolas estatais.

Em 1827 criou-se uma lei que instituía que vilas, cidades ou lugares populosos deviam ter escolas públicas, mas não tinha verba suficiente para isso, e então ficou como uma lei morta. Saviani (2008) afirma que “Com um Ato Adicional à Constituição do Império, promulgado em 1834, colocou o ensino primário sob a jurisdição das Províncias, desobrigando o Estado Nacional de cuidar desse nível de ensino”. Diante disso o século XIX, foi marcado pelo descaso na educação, em que faltou implementações necessárias para a educação pública.

De acordo com Almeida, citado por Saviani (2008, p. 10) “na instrução pública está o segredo da multiplicação dos pães, e o ensino restitui cem por cento o que com ele se gasta”. Assim, entendemos que é na educação que se têm o retorno preciso, e se investirem numa educação de qualidade, isso trará o retorno que se quer. Durante a primeira república o ensino permaneceu estagnado, e com o início da industrialização e urbanização ocorreu o incremento correspondente aos níveis de escolarização, entretanto com investimentos escassos. Então foi só a partir do século XX que ocorreu uma expansão na escolarização no Brasil.

Diante dessa contextualização histórica, hoje a educação pública é custeada através do PIB (Produto Interno Bruto), uma soma de todas as riquezas produzidas no Brasil e disso são voltados para a educação em torno de 6,1%, esse valor foi datado no ano de 2014. Entretanto, com esse investimento ainda não se tem a garantia de uma educação boa e de qualidade e existem muitos descasos para que se mantenha sempre uma manutenção na

educação. A descontinuidade nas políticas é um grande problema, pois como afirma Saviani “se uma reforma promove a centralização, a seguinte descentraliza para que a próxima volte a centralizar a educação”, então sempre haverá descontinuações que uma hora pode estar na liberdade de ensino, já em outra irá controlar o ensino.

3 O ENSINO HOJE: A BUSCA POR NOVOS CAMINHOS

Nos dias atuais, o ensino no Brasil está centrado na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e o Plano Nacional da Educação (PNE). Assim, é importante ressaltar que a descontinuidade está nas metas. Exemplo de uma delas é a eliminação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, nisso são propostos planos com tempos determinados para dar conta do problema, estabelecendo-se um prazo, exemplo PNE não foi considerado suficiente e surgiu o Plano de Desenvolvimento da Educação com vinte anos para resolver o problema, porém nunca se cumpriram dentro do prazo. A escola passa a funcionar em função do PDE e todos os seus programas. Diante disso, surge o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que traz consigo programas e avaliações, a exemplo da “Provinha Brasil”, que no final acaba resultando nas disputas entre as escolas, fazendo com que essa espécie de ranking se consolide para o processo da privatização do ensino público.

Nesse contexto, surge a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento contendo os objetivos de aprendizagem esperados para todos os estudantes em cada ano letivo, o qual pretende substituir os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). A terceira versão foi lançada em abril de 2017, contendo estratégias para se atingir metas na educação em discussão acerca de direitos e objetivos de aprendizagem e Desenvolvimento. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE), norteia a Base Nacional Comum Curricular, e das vinte metas de sua composição, quatro fazem referência a Base, e vale ressaltar que são estratégias para o atingimento de metas que visam a universalização e garantia de conclusão das etapas de escolarização.

Entretanto, “a formulação direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento” que se hegemonizou no PNE e que norteia as BNCC não é simples de ser operacionalizada e essa dificuldade é visível ao longo do documento elaborado pelo MEC” (MACEDO, 2015, p.894). A autora destaca a utilização do termo direitos de aprendizagem e desenvolvimento, trazendo a informação de que desde 1988 a educação já é tida como direito público subjetivo, e destaca a dificuldade para atingir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Macedo destaca os “direitos individuais e universais, apresentados como a única forma de garantir a vida democrática” (MACEDO, 2015, p.896), é uma forma de garantir a igualdade para todos, porém será que nessa universalização não se inviabiliza alguma diferença? Estão realmente atendendo a todos? O sentido de universalização se torna contraditório, pois todos acabam perdendo seus direitos à diferença quando são integrados a uma promessa de todos como um. Então cabe ressaltar que a universalização se alicerça em exclusões paradoxais.

Gajardo (2000) em um estudo das reformas nos anos 90, afirma que “Persistem as desigualdades com relação à distribuição das oportunidades educativas entre grupos sociais distintos e o rendimento continua baixo em comparação com as nações mais desenvolvidas”. Então é possível considerar que no Brasil, mesmo com os avanços na educação pública, ainda se têm muitas deficiências e as realidades dos alunos são muito difíceis de transformar. Sendo assim, a ineficácia das políticas educacionais de acordo com a autora, pode ser decorrente de que as políticas podem não ser as mais adequadas para atingir os objetivos de qualidade, equidade e eficiência, também pode ser porque as reformas não tenham sido completas ou ainda não deram efeito, ou haja desvinculações entre as reformas e outras estratégias de políticas sociais.

Para Garjado (2000), “O certo, porém, é que ainda que a educação possa contribuir para alcançarem-se alguns desses objetivos, o entorno social, o clima do lar e o capital cultural das famílias são fatores chaves para o êxito educativo e se associam fortemente ao estrato social de origem”. A realidade social dos sujeitos interfere nos seus resultados na escola, e então é preciso que em casa se tenha um incentivo bom para seu desenvolvimento, entretanto muitas vezes ocorre que não há esse incentivo, há alunos que convivem com realidades bem diferentes e precárias, então isso ocasiona interferência na sala de aula.

Na educação atual, existem marcadores e indicadores de qualidade que buscam atingir metas, o objetivo principal é para que se tenha uma aquisição dos conteúdos por parte dos alunos para que sejam avaliados por meio de testes aplicados pelo governo, porém é preciso compreender a educação como um todo, em sua amplitude de especificidades e realidades distintas, de acordo com cada localidade em que estão inseridas as instituições de ensino e a diversidade de público que cada uma abrangem e acolhem, para que algumas instituições não se sintam mais favorecidas em relação a outras, ou seja, é necessário que as exigências do estado condizem com a realidade de cada instituição, respeitando a diversidade e o contexto econômico e social de cada uma.

Uma concepção moderna da tarefa do professor requer não apenas ampliar certas formula pré-estabelecidas, como também um exercício profissional competente que inclui autonomia, capacidade de decisão e criatividade. A formação profissional implica em entender a aprendizagem como um processo contínuo e requer uma análise cuidadosa desse aprender em suas etapas, evolução e concretizações, para redimensionar conceitos alicerçados na busca da compreensão de novas ideias e valores.

A educação de professores, seu desempenho e o trato do conhecimento é de fundamental importância ao delineamento de novos rumos na prática pedagógica. O estudo do professor no seu cotidiano como ser histórico e socialmente contextualizado, pode auxiliar na definição de uma nova ordem pedagógica e na intervenção da realidade no que se refere à sua prática e à sua formação. Quanto maior e mais rica for sua história de vida e profissional, maiores serão as possibilidades do desempenho de uma prática educacional significativa.

Educar não se limita a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, mas é ajudar a pessoa a tomar consciência de si mesmo, dos outros e da sociedade. É oferecer várias ferramentas para que a pessoa possa escolher, entre muitos caminhos, aquele que for compatível com os seus valores, sua visão de mundo e com circunstâncias adversas que cada um irá encontrar.

Assim como diz Freire (1996), “Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino”. Uma vez que devemos estar sempre buscando novos aprendizados para compor o que já temos. Quando os alunos são despertados para aprender, o processo de ensino aprendizagem torna-se eficaz, contudo deve-se ser levado em consideração também, os conhecimentos, já alcançados pelos alunos e a realidade em que eles estão inseridos para que esse processo seja completo e significativo para eles.

Por fim, os resultados desejados nem sempre são alcançados. Porque isso acontece? De quem é a culpa? Aonde está o problema? São várias as perguntas e indagações sem resposta e sem compreensão em relação ao fracasso da educação pública brasileira, porém não é colocando a culpa nos outros que iremos reverter esse quadro, mas sim, buscando fazer o nosso melhor e a nossa parte com professores ou futuros professores, ampliando nossos conhecimentos e respeitando as diversidades encontradas, no âmbito educacional do nosso país, é fazendo a diferença que podemos alcançar o sucesso tão desejado.

É importante considerar que a educação deve contemplar as diferenças, trabalhando para garantir a igualdade de direitos nas escolas, para isso, é preciso que haja mudanças no cenário das reformas nas políticas educacionais para que se tenham mais sucesso de intervenção. Dessa forma, é necessário também que o governo invista dando mais prioridade a educação, melhorando a equidade provendo uma educação que contemple as diferenças, descentralize e reorganize a gestão educativa, fortaleça a instituição escolar, abranja a instituição escolar às demandas da sociedade, melhore os investimentos e administração e o mais importante forme melhores professores, só assim iremos alcançar o patamar de qualidade tão desejado e tornar a educação pública brasileira uma contemplação de todos e para todos.

Com tudo, é relevante destacar também que a Educação pública do Brasil ainda não contempla todos os padrões de eficiência e qualidade necessários para atingir um nível mais elevado em relação a outros países, porém são várias as possibilidades existentes para que o nível de qualidade educacional cresça, temos um país cheio de riquezas, porém precisa-se investir mais na educação pública e criar novas possibilidades de acesso gratuito, juntamente com a qualificação profissional, pois é a grande maioria da população que depende desse ensino e precisa está integrada no contexto educacional, para que nosso país possa se desenvolver cada vez mais. Deste modo, é por meio da educação que conseguiremos melhorar a qualidade de vida de nossos cidadãos, contemplando a melhoria nos espaços públicos e a formação profissional dos professores.

REFERÊNCIAS

FELIX, Maria de Fátima Costa. **Administração Escolar: Um Problema Educativo ou Empresarial**, São Paulo. Cortez, 1996.

GARJADO, Marcela. **Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe**, In: <http://www.preal.cl/>, N° 15, julho de 2000.

MACEDO, Elizabeth. **BASE NACIONAL COMUM PARA CURRÍCULOS: DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?** In: Base Nacional Comum para Currículos. Educ. Soc., Campinas, v. 36, n°. 133, p. 891-908, out-dez., 2015.

SAVIANI, Demerval. **Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas**, In: Revista de Educação. PUC- Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008.